

SESSÕES DO PLENÁRIO

56ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 02 de junho de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Rosenberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (53)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Da Deputada Maria del Carmen comunicando que, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 26 e 27/05/2015.

Do Deputado Eduardo Salles comunicando que, devido a compromissos

assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão Itinerante do dia 07/05/2015 na Cidade de Santo Antônio de Jesus .

Do Deputado Roberto Carlos comunicando que, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 04, 05 e 07/05/2015.

Do Deputado Manassés comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 21/05/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.(**Oradores inscritos**)

Com a palavra o deputado Leur Lomanto.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, volto a esta tribuna para, mais uma vez, tratar do tema que vem preocupando muito a população baiana. Trago aqui a nossa preocupação com a crise que atravessamos na Segurança Pública em nosso Estado. Sr^{as} e Srs. Deputados, o último balanço, realizado no final de semana passado, traz números assustam a todos nós, sem sombra de dúvidas.

O balanço do final de semana trouxe para todos os dados de que cerca de 5 mil carros foram roubados nos últimos três meses na Bahia. Deputado Adolfo Viana, há também o problema grave que vem assustando a população do interior do nosso Estado, a questão dos assaltos às agências bancárias. A Bahia é recorde no Brasil na questão do número de agências bancárias assaltadas nos últimos anos.

Neste final de semana, houve a explosão de um caixa eletrônico, por uma quadrilha, na cidade de Catolândia. Em Jaguarari também. Hoje tivemos notícia, pelo deputado Rosemberg, que uma quadrilha assaltou um banco na cidade do Conde. Lá os bandidos, com muita audácia, ainda colocaram uma pessoa amarrada no para-brisa do carro, deputado Bira Corôa, e saíram desfilando pela cidade.

Discutindo com alguns parlamentares, percebemos que é necessário com urgência que este Parlamento em vez de ficar aqui somente fazendo críticas que não chegam a lugar algum, erga a voz para apresentar soluções concretas que possam melhorar a qualidade da Segurança Pública. Esse assunto pela grandeza e importância que tem nos mostra que temos que deixar de lado as questões político-partidárias e ideológicas, pois quem está sofrendo com a violência e a segurança é a população baiana. Sei que aqui vários parlamentares têm idéias e iniciativas que podem contribuir com a Segurança Pública do Estado.

Então acho importante o mais rápido possível que esta Casa se levante, faça uma ampla reunião para tratar desse grave problema que vem assolando a população baiana.

Tenho lutado há muito tempo, desde 2008, e um exemplo claro, deputado Adolfo, de uma ação que pode ser benéfica e importante para o combate à criminalidade é a expansão da Companhia de Polícia Independente Especializada, a exemplo de grandes cidades do interior da Bahia que já possuem e têm uma ação firme contra a criminalidade como Feira, Juazeiro e Itabuna. Uma medida importante, seria também expandir essas Companhias Independentes para as médias cidades baianas e dali se expandiria também para as pequenas e aí, sim, teríamos um combate mais efetivo contra a criminalidade.

Desde 2008, estou nesta luta para levar uma Companhia de Polícia Independente para a cidade de Jequié. Criou-se uma celeuma muito grande porque foi dito que iria para a cidade de Jaguaquara ao invés da cidade de Jequié. Mas o correto é que se leve uma para Jequié, uma para Jaguaquara, concluindo, Sr. Presidente, que irá beneficiar todo o Vale do Jequiriçá, e a de Jequié irá beneficiar todo o Vale do Rio de Contas, porque aí teríamos a oportunidade de ter uma Companhia de Polícia Independente Especializada pronta, firme, para combater a criminalidade que a cada dia avança e cresce no nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Neusa pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a NEUSA CADORE:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa, servidores da Casa, quero destacar com muita alegria nesta tarde a sanção feita pela presidenta Dilma da lei que regulamenta o trabalho doméstico. Esta sanção foi publicada no Diário Oficial da União nesta terça-feira, dia 02 de junho, dia histórico. Quero parabenizar essa categoria formada por mais de 7 milhões de profissionais e a maioria delas mulheres.

Foram mais de 2 anos de uma grande luta, de um grande debate, de um grande enfrentamento no Congresso Nacional. E a sanção da lei representa para as trabalhadoras a segurança de direitos importantes. Esta sanção é fruto de um trabalho intenso de articulação da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, dos sindicatos, dos movimentos feministas e do movimento de mulheres, dos movimentos sociais como a CUT e de parlamentares comprometidos. E aí quero destacar a garra e o compromisso da nossa deputada federal, mulher negra, ex-doméstica, Benedita da Silva.

E quero lembrar das palavras da nossa ministra de Política para as Mulheres Eleonora Menicucci nesta manhã quando ela disse: “Esta sanção rasga um dos capítulos mais tristes da nossa história que é o trabalho escravo dentro das nossas próprias casas. O Brasil passa a ser um dos poucos países que têm uma lei que garanta todos os direitos trabalhistas para os trabalhadores domésticos.

O nosso País, portanto, dá um passo pagando a dívida histórica com essa categoria que forma o maior segmento profissional do país, majoritariamente formado por mulheres negras e pobres que antes não tinham perspectiva alguma de mudar a sua realidade social. Muitas delas ainda vivem sob regime análogo à escravidão chegando a trabalhar 17 horas por dia” mas numa situação disfarçada, naturalizada, como algo comum nesse tipo de relação de trabalho. Os dados mostram que ainda hoje, apenas 1/3 desse segmento, 1/3 de 7 milhões de trabalhadores domésticos têm carteira assinada. Só na Bahia, temos meio milhão de trabalhadoras domésticas. Em Salvador e Região Metropolitana, 150 mil. Portanto, a lei tem um grande significado para o Brasil e, de modo particular, para o nosso Estado.

Diante dessa conquista extraordinária para esse segmento de mulheres, para essa categoria que completa 80 anos de organização sindical, de luta e resistência, quero parabenizar essas mulheres, parabenizar suas instituições, seus segmentos de luta pela conquista desse direito e pela luta em busca da valorização profissional. E quero parabenizar o governo da presidenta Dilma, a primeira mulher que governa este País e que tem tido uma preocupação muito clara com a emancipação, com o fortalecimento e com a autonomia das mulheres. Ao sancionar essa lei, a presidenta Dilma tira da invisibilidade uma categoria profissional com quem o Brasil tinha uma dívida histórica. E isso se soma, também, a um conjunto de outras políticas públicas que vêm no sentido de combater as desigualdades de gênero e se constitui em ações afirmativas importantes que, inclusive, colaboram de forma muito fundamental para o combate à violência doméstica.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, ouvi atentamente o pronunciamento do nobre parlamentar, o deputado Leur Lomanto Júnior. Ontem, chamava a atenção desta Assembleia Legislativa para os problemas que o Estado da Bahia vem vivendo em relação à questão da segurança pública. Hoje, V.Ex^a sobe a esta tribuna e, mais uma vez, chama a atenção desta Casa Legislativa para que possamos encontrar caminhos para o Estado da Bahia. Não é possível, não podemos aceitar com naturalidade, deputado Leur, que os bancos do nosso Estado venham sendo explodidos dia após dia e ninguém faz absolutamente nada.

Já disse aqui, desta tribuna, que o secretário da Segurança Pública do Estado da Bahia é um jovem capacitado, é um delegado de carreira da Polícia Federal, tem currículo para ocupar o cargo, mas não pode fazer mágica. Se o governo do Estado não faz os investimentos necessários, a população paga o preço de um Estado que não oferece segurança pública para a população.

Percebam os Srs. Parlamentares que já passam de 95 assaltos a caixas eletrônicos com explosões neste governo Rui Costa. Esse final de semana, em Salvador, foram 22 homicídios; em três meses, cinco mil carros roubados no Estado da Bahia. Ontem, na cidade do Conde, os assaltantes amarraram um cidadão no capô do carro e o arrastaram pela cidade. Em São Felipe, na semana passada, a polícia prende um traficante e eles retalia a população estuprando uma mãe e uma filha na frente do seu namorado.

Quer dizer, esse é o Estado da Bahia que parte da base do governo comemora os índices de violência, porque acham que estão diminuindo. Eu pergunto a V.Ex^a: cadê a força desta Casa Legislativa, cadê a voz dos deputados desta Assembleia? Não tenho visto elas ecoarem desta tribuna. E quem está pagando o preço de um Estado inseguro? É a população que mais precisa, é a população mais humilde da Bahia, deputado Leur Lomanto Junior.

Eu falei que em 3 meses foram 5 mil carros roubados no nosso Estado. Qualquer assaltante se sente confortável na Bahia, porque aqui pode explodir caixa eletrônico, pode roubar carro, pode estuprar e nada acontece. Eu pergunto mais uma vez: onde estão os parlamentares desta Assembleia? Precisamo-nos reunir e encontrar um caminho para que o nosso Estado saia do buraco em que se encontra.

Vejo deputados da base do governo subirem a esta tribuna para fazerem o discurso fácil, o discurso para agradar o governo. Mas no momento em que tentam agradar o governo estão sendo irresponsáveis com o Estado da Bahia. Somos hoje, sem sombra de dúvida, um dos Estados mais violentos do Brasil, para não dizer que somos o Estado mais violento do Brasil. É possível que sejamos, deputado Bira Corôa, porque nem sempre os números que a Secretaria da Segurança Pública aponta são os da realidade, pois nem todas as vítimas dão queixa nas delegacias.

Então, Srs. Parlamentares, é hora de acordarmos, é hora de discutirmos a questão da segurança pública do nosso Estado, porque as pessoas estão sendo mortas no dia a dia, têm os seus direitos subtraídos, e esta Casa Legislativa tem o dever de se posicionar e de encontrar uma solução para que a Bahia saia do caos em que se encontra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Bira Corôa pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, senhores visitantes, quando dizemos que esta semana a Oposição busca uma temática estratégica e importante, que é discutir a violência e, conseqüentemente, a segurança pública, não discordamos em hipótese alguma de que esta Casa tem de tomar uma posição em relação a essa situação. Agora, não podemos também desconsiderar que a

segurança pública tem sido, hoje, uma questão nacional. Tentar transferir para a Bahia toda a condição de maior insegurança e instabilidade é, sem sombra de dúvida, negar o contexto nacional que ora está sendo apresentado. Não fujo do debate, da discussão, temos que enfrentar e melhorar a situação da Bahia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Bahia que estamos falando tem hoje, sem dúvida alguma, um elevado índice de explosões de caixas eletrônicos e vem crescendo o índice de homicídios. Estamos aqui para fazer esse debate, Srs. Deputados. Entretanto, não podemos esquecer que essa é a mesma Bahia em que as suas igrejas eram assaltadas, as obras sacras do Estado eram levadas não sei para onde e depois apareciam em um tal apartamento, como se isso não fosse parte da violência, da criminalidade dentro do contexto estadual.

É importante discutir que os dados de hoje apresentados pela Secretaria da Segurança Pública são reais, diferente de em outros momentos em que os números eram omitidos e os dados não eram apresentados. Hoje, é crescente a violência, é sim, e temos que fazer esse enfrentamento. Mas ela é real, à disposição da sociedade, diferentemente do que vivenciamos ao longo de muitos anos neste Estado: as informações eram restritas e camufladas e, na maioria das vezes, maquiadas. Por exemplo, nas chacinas ocorridas neste Estado não era apresentado o número de vítimas. O caso era considerado como se fosse uma única ocorrência.

Então, queremos abrir a discussão, estamos abertos para fazer esse debate e encontrar conjuntamente um caminho, porque não se pode enfrentar a violência em nossa cidade, em nosso Estado apenas como uma questão partidária. Temos de enfrentá-la como uma questão do contexto da sociedade, e tem que ser conduzida independentemente da bandeira partidária, do perfil ideológico ou do interesse específico de quem quer que seja. Então, estamos abertos a esse debate, a essa discussão, e não fugimos dele.

E temos a compreensão e a certeza de que esse governo tem tido mais compromisso com esse enfrentamento do que os anteriores, que financiavam, inclusive, a própria violência. Porque a própria corporação militar era utilizada como instrumento de repressão da sociedade baiana, o que não assistimos mais hoje. Parte da violência que enfrentamos em décadas passadas vinha do aparelho de Estado – que deveria defender os interesses do povo –, batendo e violentando trabalhadores, cidadãos e cidadãs.

Consequentemente, esse momento é para discutirmos sem qualquer preocupação ou medo de fazer o debate e o enfrentamento, porque o aparelho de Estado, hoje, está sendo utilizado para o interesse da sociedade. Então, essa é uma diferença que precisamos pontuar em qualquer debate que façamos.

Não temos medo de fazer o debate, o enfrentamento e de trazermos para cá, tantas quantas vezes sejam necessárias, dados para fazermos comparações entre as ações de ontem e as de hoje. Essa mesma polícia que vocês, hoje, condenam é a que vocês criaram, construíram e que deixaram sem assistência. Porque, hoje, os policiais

estão aí... Temos um deputado que representa a categoria para dizer quanto foi investido no aparelho de Estado da polícia, fato que antes não era tratado com esse mesmo perfil.

Então, sem dúvida alguma, não temos medo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de abrir o debate e a discussão. O que não aceitaremos é tentar camuflar o que era ontem e transferir as responsabilidades para o hoje. Sem medo algum de fazer o enfrentamento e com a certeza de que é com o compromisso desse governo...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. BIRA CORÔA:- (...) para com a sociedade baiana que estamos fazendo o enfrentamento a todas as formas de crime organizado.

Fico admirado que...

O Sr. PRESIDENTE(Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. BIRA CORÔA:- (...) quando se faz enfrentamento, quando se prende quadrilhas, quando a polícia é bem-sucedida numa operação isso não é destacado! Isso é, praticamente, tido como inexistente. Exatamente porque compreendo que o interesse da Oposição é outro é que me disponho para fazer o debate e a discussão do que podemos ajudar a construir para melhorar a qualidade de vida, para enfrentar a violência, para combater, acima de tudo,...

O Sr. PRESIDENTE(Adolfo Menezes):- Deputado Bira, para concluir.

O Sr. BIRA CORÔA:- (...) o crime e sua estrutura organizada a fim de assegurar à nossa sociedade a melhor estabilidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE(Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Pronto para apanhar, deputado Rosemberg?

Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, hoje, nós, da Oposição, no almoço, resolvemos trazer a esta Casa, propor a esta Casa um debate suprapartidário sobre aquilo que, dentre os males que o PT trouxe à Bahia, é, hoje, o que mais incomoda, que mais aflige à população: o seu direito de ir e vir. As famílias já não têm tranquilidade; as mães, sejam elas médicas, professoras, serventuárias, domésticas, estão sujeitas a serem, no seu local de trabalho, no seu lazer, num shopping, abordadas por qualquer um no seu local de trabalho, que seja o hospital, no seu lazer, que seja um shopping, e serem estupradas.

Nos presídios, onde a segurança deveria grassar – porque as pessoas custodiadas pelo Estado estão ali –, estamos a ver cabeças decepadas.

Os assaltos a bancos foram registrados com maestria pelo deputado Adolfo

Viana, ontem, aqui, levando-o a sofrer a ironia do deputado Rosemberg Pinto, que procurou saber se ele era banqueiro para defender bancos. Talvez ele não tenha visto o que nós, do interior, vemos quase todos os dias. O Bahia Notícias informou hoje que um gerente de banco foi amarrado no capô de um carro para servir de refém e escudo, a fim de que a polícia não atingisse os assaltantes.

Trouxemos este debate para cá. O gesto foi iniciado pelo deputado Leur Lomanto Júnior, nesta tribuna, hoje, propondo soluções, discussões. Colocando à disposição a Oposição, com sua força menor, mas com sua vontade imensa e gigantesca de trazer soluções para a Bahia e ser parceira do governo nesse desafio que deve ser de todos os baianos.

Logo após, o deputado Adolfo Viana, no mesmo gesto grandioso, suprapartidário, subiu aqui e estendeu a mão, e é também o meu desejo fazer o mesmo gesto aqui. Mas, para nossa surpresa, o deputado Bira Corôa, buscando servir ao governo e aos interesses partidários – apenas esses, deputado Herzem –, desfaz todo nosso gesto, politiza uma situação que não deve pertencer só ao governo, mas a toda a classe política, que é a questão da segurança pública, que amedronta a todos e nos surpreende.

Queremos, sim, deputado Bira Corôa, fazer o debate. V.Ex^a diz que não tem medo do debate. Aqui não é a Casa do medo, nem deve ser. Os deputados que estão aqui a representar o seu povo não podem, efetivamente, ter medo do debate. Assim como V.Ex^a, também não temos medo do debate.

Propomos um gesto de grandeza, de estadistas, aqui, hoje, para tratar de questão de Estado, para tratar da questão do povo, para buscar, ombreados com o governo, o interesse comum, longe de tratar de questões políticas.

Não poderíamos receber como gesto o que V.Ex^a colocou aqui. Precisa V.Ex^a dizer em que casa há os roubos, porque eu não conheço, e se há, tem que ser preso o responsável. Se ladrões roubam igrejas, precisam ir para a cadeia, assim como o que estuprou a médica no estacionamento. Se os ladrões roubaram a igreja, levaram para casa e são receptadores, precisam ser presos, sejam quais forem.

Não podemos fugir do que nos interessa, do que interessa à Bahia, que é a solução dos problemas. A Bahia grita, quer, clama por maior segurança, pelo direito de ir e vir. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, só quero anunciar que temos hoje um grande aniversariante, que completa 49 anos e pode ser o futuro de Vitória da

Conquista – nosso amigo Herzem Gusmão, a quem eu desejo felicidade.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Felicidade e parabéns para V.Ex^a!

Com a palavra o deputado Joseildo Ramos

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, todos que nos assistem, volto mais uma vez a esta tribuna para chamar atenção para um assunto que interessa, na minha opinião, a todo o País, a história da possibilidade. Na minha opinião, hoje, apenas a possibilidade de termos, definitivamente, à disposição a oportunidade de brindarmos o povo brasileiro com uma reforma política do tamanho de suas necessidades.

O que se observa hoje em dia? A política foi toda privatizada no Brasil, porque os interesses econômicos compõem a maioria e ditam o comportamento de todo o parlamento brasileiro. Isso porque o poder econômico, através das empresas, financia as campanhas eleitorais. Não é esse o único e o mais preciso foco da corrupção na política e nas eleições. Não é o único! Mas é talvez o alvo mais fácil, mais evidente de que tínhamos, à nossa disposição, instrumentos constitucionais capazes de remover esse câncer e colocar claramente o financiamento público das campanhas como um instrumento, uma ferramenta mais eficiente de promoção da isonomia nas eleições. Isso, apenas e tão somente, no aspecto eleitoral.

O que assistimos estarecidos, no Congresso, há poucos dias? Uma posição totalitária e desproporcional de um presidente que não reconhece essa necessidade profunda do povo brasileiro e dá um golpe, fazendo retornar uma matéria vencida dentro da mesma sessão legislativa. Um verdadeiro estupro ao regimento do Congresso, da Câmara Federal e da Constituição brasileira.

Isso em nome da preservação de seus interesses e dos interesses daqueles que não são deputados – são, apenas e tão somente, lobistas, intermediários –, daqueles que são veículos dos interesses que nem de longe atendem àquilo que clama a sociedade brasileira do ponto de vista das oportunidades. Estamos vendo escorrer pelos nossos dedos - não temos como agarrar essa possibilidade muito própria das crises – a oportunidade de fazermos uma reforma para aproximar o Parlamento do seu povo.

E este Poder deveria, precipuamente, representar a pluralidade do que é a nossa sociedade, mas, por incrível que pareça, além de ir ao arrepio da observância do Regimento Interno da Câmara Federal, vimos um cavalo de pau que foi protagonizado pelo presidente da Câmara Federal.

Mais uma vez, quero repetir que ele botou um jabuti em cima de uma árvore quando, no açodamento, na pressa de impor a sua vontade, estabeleceu que o financiamento empresarial irá para os partidos. Os partidos são pessoas jurídicas. Os partidos não podem pegar esse recurso e colocar à disposição dos seus candidatos, porque são pessoas físicas! Ou seja, a letra fria da ação insana do presidente morrerá. É uma atitude natimorta, demonstrando que o açodamento não trouxe cabimento à

sanha golpista do presidente da Câmara Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Fábio Souto, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Sr. Presidente, Adolfo Menezes, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, venho a esta tribuna hoje para unir esforços com os deputados que representam o Sul da Bahia e falar de um assunto que foi reportagem no último domingo no Globo Rural nacional, que tratou da colchonilha rosada, uma praga que ataca a lavoura de cacau. Iniciou-se no Norte do País, chegou ao Norte do Espírito Santo, na Cidade de Linhares, e infelizmente, essa praga adentrou o Estado da Bahia.

Nós, que sofremos desde 1990 com a vassoura de bruxa, uma praga terrível que, em determinados momentos, quase dizimou a lavoura do cacau, reduzindo a produtividade, no momento mais intenso dessa praga, em quase 80%, diminuindo o número de empregos na região Sul da Bahia, que perdeu quase 250 mil empregos. Essa praga terrível assolou e até hoje assola o Sul da Bahia.

Agora, cumprindo a minha obrigação de parlamentar, venho a esta tribuna para chamar a atenção do governo do Estado, do secretário da Agricultura do Estado da Bahia. A Secretaria tem de tomar providências o mais rapidamente possível para tentar conter a propagação dessa praga grave que já entrou em nosso Estado. Infelizmente, não vejo alguma ação concreta do governo para que essa praga não se alastre em nosso Estado.

Chamo a atenção do governo do Estado para que tome providências o mais rapidamente possível junto ao governo federal, deputado Sandro Régis. Ao contrário do que acontece com a vassoura de bruxa, existem produtos que combatem essa doença, só que os produtos têm que ser regulamentados junto ao Ministério da Agricultura para que o produtor possa utilizá-los e combater a praga.

Gostaria de cumprir com o meu dever, cumprir com a minha obrigação e chamar a atenção do governo para que entre na luta o mais rapidamente possível e, se for o caso, que faça áreas de contenção em nosso Estado – a deputada Ângela Sousa, o deputado Sandro Régis e o deputado Pedro Tavares, que são do Sul da Bahia, sabem o que estou dizendo – para que essa praga não seja mais uma doença grave a diminuir a renda do produtor de cacau, da Região Cacaueira.

Falarei também de um assunto que foi trazido para a Comissão de Segurança Pública. Um membro da OAB, hoje, trouxe à comissão a denúncia de que um dos presidiários que foram mortos na rebelião em Feira de Santana, deputado Rosemberg Pinto, infelizmente, já tinha o alvará de soltura concedido pela Justiça desde janeiro. Mas, infelizmente, devido à ausência do Estado – quando falo Estado me refiro a

todas as instituições – para efetivamente defender o interesse de uma pessoa que não tinha bons advogados. Esse cidadão continuou preso mesmo depois do alvará de soltura, segundo a denúncia do membro da OAB, hoje, naquela comissão. Infelizmente ele não foi solto, infelizmente veio a ser assassinado naquela rebelião.

Gostaria de enfatizar essa denúncia gravíssima e dizer que é importante que o governo do Estado entre, para que casos como esse não voltem a se repetir no Estado da Bahia e nos presídios que abrangem todo o sistema penitenciário do nosso Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Euclides Fernandes.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Exmº Sr. Presidente deputado estadual Adolfo Menezes, o motivo da minha vinda, hoje, à tribuna é para falar da quantidade de buracos existente na estrada que liga Jequié ao município de Gandu. Preocupo-me sobremaneira porque se trata, Sr. Presidente Adolfo Menezes, de um corredor muito importante, um corredor que liga a BR-116 à BR-101.

Como deputado que tem presença bastante intensa nessa região, estou verdadeiramente preocupado, tendo em vista a situação econômica. Se não houver a recuperação asfáltica dessa estrada do Estado da Bahia, de Jequié à Gandu, ligando a BR-101 à BR-116, evidentemente haverá, sem sombra de dúvida, o aumento da crise econômica naquela região.

Então, Sr. Presidente, fazemos um apelo. Já encaminhamos a nossa solicitação, o nosso ofício para V.Exª. o secretário da Infraestrutura, a quem está afeto verdadeiramente a responsabilidade com construção e manutenção de estradas, onde retratamos a realidade em que se encontra essa estrada.

Sr. Presidente, vou muito mais além. Devo até expressar, deixar transparecer a nossa preocupação com as estradas estaduais, a BR-BA. Estive recentemente em Iguaí; também a estrada que liga a BR-116, através da entrada em Poções, Nova Canaã, Ibicuí e Iguaí, à BR-101 está totalmente esburacada, numa situação lamentável no sentido da condição de trânsito.

Minha preocupação, Srs. Deputados, se faz sentido principalmente a lei que esta Casa aprovou da reforma administrativa do Estado, onde se extinguiu vários órgãos, dentre eles o Derba, que tinha como missão, exatamente, a construção de novas estradas ligando as cidades às BRs, como também a conservação das estradas. Esse órgão foi extinto com a reforma administrativa aprovada, no mês de novembro, por esta Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Sr. Presidente, me parece que não está ainda concretizado quem irá, realmente, cobrir o papel, a missão fundamental do Derba, que era exatamente fazer a

manutenção das estradas e a construção de novas estradas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. Carlos Geilson:- Excelência, foi prorrogado o Pequeno Expediente?

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Foi prorrogado por acordo, porque não haverá votação hoje, deputado Carlos Geilson.

Teremos mais quatro oradores: Eu, a deputada Maria del Carmen e os deputados Rosemberg Pinto e José de Arimatéia.

O Sr. Carlos Geilson:- Gostaria de me inscrever, Sr. Presidente.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Voltarei a presidência e inscreverei V. Ex^a.

Senhores Deputados, deputado Euclides Fernandes, já era para ter tocado nesse assunto, de suma importância, que é a questão das estradas da Bahia.

O governador Jaques Wagner fez mais de 9.000 quilômetros de estradas. Mas, infelizmente, a malha viária deste Estado é muito grande. Deputado Rosemberg Pinto, é de suma importância que V. Ex^a, como líder, leve ao governador Rui Costa o problema das estradas da Bahia.

Hoje já está constatado, deputado Euclides Fernandes, que houve um equívoco na forma como acabaram com o Derba, isso está dando um prejuízo de milhões ao Estado da Bahia. Na semana passada, eu tive a ousadia de dizer ao governador Rui Costa: “Governador, desculpe-me a ousadia, mas ou o senhor está com muito dinheiro guardado para fazer as estradas, ou o senhor cuide de arrumar recursos imediatos, porque senão o prejuízo vai ser imenso”. Como o deputado Euclides falou.

Vou dar um exemplo...

O Sr. Adolfo Viana:- O que ele respondeu, deputado?

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Calma, deputado Adolfo Viana.

O deputado Pedro Tavares conhece muito bem, até porque foi votado naquela região. De Antônio Gonçalves para Jacobina, são 90 quilômetros. Foi uma estrada construída na época do ex-governador Paulo Souto. Nesses 8 anos, como existia o Derba, havia a conservação das estradas. Nesse período não tivemos problemas, deputada Maria del Carmen, pois, quando surgia um buraco, nós solicitávamos, o prefeito solicitava e o residente regional Dr. Jorge, muito operante, realizava o serviço. Durante esses 8 anos, a estrada continuou quase da mesma forma, deputado Euclides Fernandes.

Mas, nesses meses do governo Rui Costa, por falta de manutenção, a estrada

está acabando.

Não sou engenheiro e não tenho empresa, mas disse ao governador que, para fazer o trabalho todo de 90 quilômetros de asfalto, desde a base, se gastará no mínimo R\$ 30, 40 ou 50.000.000. Eu dizia:” Governador, hoje ainda o senhor gasta R\$ 500.000 e recupera, mas em seis meses terá que fazer uma nova.” Tem ali alguns buracos na área de Miguel Calmon a Mundo Novo, Piritiba, Baixa Grande, Ipirá. Buracos que estão surgindo. Então eu pediria até o empenho dos Líderes, que têm mais contato com o governador. Hoje mesmo estive com o secretário Marcus, mas infelizmente como secretário ele depende nesta época de vacas magras do repasse de recursos da Secretaria da Fazenda.

Aprovamos aqui a CIDE, que retorna, mas o dinheiro ainda não está entrando nos cofres do governo. Então, deputada Maria del Carmen, é um assunto de suma importância até porque, se não forem conseguidos recursos imediatos para ainda tampar alguns buracos...Tem três que não dá mais pra tampar. Tem de fazer novamente a base, a sub-base, e aí custa muito mais caro.

Então o atual governador, que foi por oito anos o braço direito do então governador Wagner, deputado Euclides, tenho certeza que ele sabe de tudo isso, até porque os deputados e os prefeitos levam esses problemas. Porém ou se tomam medidas emergenciais... A gente sabe que o Brasil, e consequentemente o nosso Estado, está passando por dificuldades de dinheiro. Mas alguma solução terá de ser encontrada – empréstimos, etc. -, porque senão o prejuízo para o governo, que poderia estar aplicando em outras áreas, fazendo novas estradas, será de milhões. E esse problema está ocorrendo praticamente em toda a Bahia.

Sr. Presidente, nesta tarde era o que eu tinha a falar.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado.

Com a palavra a deputada Maria del Carmen.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Sr. Deputado-Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores que nos acompanham das Galerias desta Casa, Sr^{as} Taquígrafas, senhores que nos acompanham pela TV Assembleia, quero iniciar minhas palavras fazendo um cumprimento e parabenizando o município de Inhambupe pela realização hoje – eu estive lá pela manhã - da Conferência Municipal de Saúde. O evento perdura durante esta terça-feira e amanhã, como outras Conferências Municipais preparatórias para a Conferência Estadual de Saúde, que levará delegados para a Conferência Nacional. Todos os participantes desses eventos debaterão temas de importância com relação ao SUS e a uma saúde de qualidade para todos.

Colocando, ouvindo e observando agora os depoimentos e pronunciamentos

dos deputados Adolfo Menezes e Euclides Fernandes aqui, já dizíamos, quando daquele momento da aprovação da Reforma Administrativa por esta Casa e por nós deputados que nela estamos, que discordávamos da extinção do Derba pela importância, história e tradição que aquela autarquia tinha na história da Bahia. Foi observado que outros Estados brasileiros já não mais tinham Departamentos de Estradas e Rodagens, pois tinham evoluído para outro sistema de gerenciamento das suas estradas e de realização das suas obras.

Vou observar muito rapidamente - porque se o meu tempo permitir, o meu tema será outro - que o Derba não mais executava estrada, e sim fiscalizava, contratava e mantinha, porém não na necessidade e intensidade que precisávamos e eram necessárias.

Só que o Departamento de Estradas e Rodagens da Bahia tinha uma história, uma tradição e excelentes profissionais, inclusive professores de Universidades, das Escolas de Engenharia. Quando passei pelos bancos da UFBA, fui aluna de alguns deles, que se distinguiam em diversas áreas. Tanto assim que - creio - o debate, a discussão deverá ser no sentido de que o órgão que agora o substitui possa dar os resultados e apresentar as soluções que eram colocadas pelo Derba.

Eu queria reportar-me muito rapidamente, pelo tempo que tenho, a uma audiência pública que realizamos na sexta-feira anterior, nesta Casa, sobre a questão das encostas de Salvador e dos problemas que advieram das fortes chuvas que tivemos durante estes meses de abril e maio. Foram realmente fortes chuvas, chuvas excepcionais. Choveu neste mês de maio acima da média, que são 340 mm, pois apenas nos primeiros 20 dias já choveu mais de 400 mm. Sabemos, portanto, que a cidade não estava preparada para chuvas tão intensas como essas que aconteceram aí, infelizmente trazendo de volta tragédias já ocasionadas em outros momentos e repetindo a tristeza de vermos tantos soteropolitanos e soteropolitanas embaixo de montanhas de terra e vegetação. Muitas famílias perderam em alguns segundos ou minutos tudo aquilo que construíram ao longo das suas vidas, permitindo-se apenas a alguns salvar a própria vida saindo debaixo daquela montanha de materiais com a roupa que estavam vestindo no momento.

Com a vossa tolerância, Sr. Presidente, mais alguns segundos.

Quero agora dizer – voltarei ao tema na próxima semana - que o deputado licenciado Bruno Reis também esteve nesta Casa naquela audiência e assumiu alguns compromissos. E nós gostaríamos de pedir aos deputados de oposição que solicitassem que eles pudessem chegar às mãos da Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano da Assembleia. Entre eles o principal, Sr. Presidente, seria o Plano Diretor de Encostas, que precisa ser atualizado. Ele é de 2004. Porém de lá para cá não se acompanhou nem se monitorou para que pudesse ser atualizado e através dele se permitisse que algumas intervenções ou dezenas delas fossem realizadas em várias áreas da cidade, evitando que tantas famílias perdessem vidas.

Voltarei ao tema na próxima semana ou amanhã se tivermos quórum nesta

Casa, mas quero desde já dizer da importância e necessidade de que nos debrucemos sobre ele para que não voltemos a sofrer as angústias e tristezas que aconteceram nesses dias.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

Eu gostaria de saudar os futuros pedagogos da Unime de Lauro de Freitas aqui presentes. Sejam bem-vindos à Assembleia, que é a Casa do Povo!

O Sr. CARLOS GEILSON:- Muito obrigado, Sr. Presidente, deputado Adolfo Menezes.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, pedagogos que nos visitam nesta tarde de terça- feira, antes de falar do assunto a que me proponho, gostaria de mencionar que, ante os escândalos da FIFA e a renúncia do presidente Joseph Blatter, eu lembro, deputado Rosemberg Pinto, que integrantes do seu governo em níveis federal e estadual jactavam-se de que o governo da presidente Dilma era um governo padrão FIFA. O padrão FIFA que nós estamos observando é essa situação nebulosa, escandalosa e escabrosa.

É esse o padrão FIFA do governo da presidente Dilma Rousseff?! Na prática, parece que não tem muita diferença do que acontece na FIFA. Acho que a presidente foi até feliz quando disse que o seu governo é um governo padrão FIFA.

Olhem o padrão Fifa: Joseph Blatter renunciou!

Será que a presidente Dilma seguirá o mesmo caminho já que o seu governo é padrão Fifa? Vamos aguardar.

Vi, há pouco, os deputados falarem da questão das estradas. Deputado Adolfo Menezes, o governo tem de sair na frente, porque, mais cedo ou mais tarde, terá de fazer alguma coisa por essas estradas. Já encontrará a terra arrasada. Se o governo terá de começar a fazer, que se faça logo já que, mais adiante, não terá condições de atender devido ao tamanho estrago que as nossas BAs estão sofrendo.

Fiz uma indicação ao governo sobre a estrada que liga Feira de Santana a São Gonçalo dos Campos. Estamos cobrando a recuperação da BA-502 que liga Feira de Santana a São Gonçalo dos Campos e vai até a BR-101. Esta é uma via de circulação de veículos de passeio e de carga e dá acesso a uma das mais movimentadas estradas do País: a BR-101. Esta tem destino tanto para o Nordeste quanto para o Sul e Sudeste.

A BA-502, também, é importante para o escoamento de alimentos hortifrutigranjeiros produzidos na região. Esta estrada, lamentavelmente, não é nada

diferente do que ocorre nas estradas da Bahia. Esta BA-502 carece de investimentos urgentes por parte do governo do Estado.

O ideal é fazer a duplicação da estrada que liga Feira a São Gonçalo dos Campos. Vejam, a estrada não contém acostamento. O deputado Arimatéia a conhece muito bem, porque, às vezes, vai a São Gonçalo dos Campos. O deputado Rosemberg, também, foi lá à época da eleição. É uma BA estreita e de grande movimento. É necessário, pelo menos, fazer a recuperação desta BA e construir o acostamento. O ideal seria a duplicação.

Se o governo Rui Costa fizer isso, com certeza, o povo de Feira, São Gonçalo dos Campos, Conceição de Feira, melhor, as pessoas que utilizam esta importante BA serão gratas, aliás, muito gratas ao governo que intervir nesta BA-502.

Para concluir a minha fala, quero falar sobre a segurança pública. Onde vamos parar? O Estado da Bahia, de dimensão continental, tem muitas estradas com essas dificuldades, que acabei de relatar.

Hoje, na cidade do Conde, com delegado de polícia e escrivão, os bandidos chegaram armados chegaram com carros possantes e com armas de grosso calibre. O que fazer para enfrentar o crime organizado?

E as cidades estão desprovidas de segurança pública. O delegado com o escrivão abrem a porta da delegacia e a cidade está tomada por malandros com armas para todo o lado. O povo refém. Eles vão fazer o quê? Vão fazer o quê? Como enfrentar esta situação?

Esta é uma situação que perpassa e acontece em todo o Estado da Bahia. O governo tem de sair deste marasmo e desta letargia. Se o problema requer mais recursos, coloque no Orçamento de 2016 mais recursos, porque não poderá enfrentar o crime organizado se não for com mais recursos, com mais homens, com mais estrutura e com mais serviço de inteligência.

Caso contrário, é melhor renunciar a este combate e deixar, como já acontece em alguns bairros das grandes cidades, o crime organizado tomar conta.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):-Para encerrar, deputado, pois temos ainda mais dois oradores para falar, quais sejam, os deputados Rosemberg e Arimatéia.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Muito obrigado pela sua tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, servidores, visitantes que estudam em Lauro de Freitas, cidade adotada por mim para morar, eu queria saudar o deputado Herzem e, ao mesmo tempo, parabenizá-lo pelo aniversário.

Ouvi, aqui, atentamente os discursos de diversos deputados.

Primeiro, houve a história do padrão Fifa. Isso não é algo real, até porque quem me viu aqui neste plenário, eu tive a coragem de me posicionar contra, inclusive, a construção dos diversos equipamentos, na minha opinião, equivocados para aquela Copa do Mundo.

Inclusive a Arena Fonte Nova, hoje, custa ao Estado uma fortuna. Em minha opinião, este foi um projeto equivocado do ponto de vista da localidade e do formato da sua construção. Então, não vejo o governo como padrão Fifa, até porque tenho pela Fifa uma crítica muito grande que veio à tona, agora, com os desmandos.

Ouvi, ontem, o deputado Adolfo Viana e ouvi, hoje, o deputado Luciano Ribeiro. Ambos falaram sobre segurança pública. Primeiro, concordo que temos de fazer um grande debate sobre a segurança pública independentemente da coloração partidária.

Ontem, quando brinquei aqui, deputado Adolfo, até porque sei que V.Ex^a não é banqueiro, mas é porque os proprietários de bancos, inclusive os bancos estatais, não têm cuidado, efetivamente, com os caixas eletrônicos e com as áreas públicas dos bancos. Os bancos gastam muito mais para controlar o crime eletrônico, porque perdem mais dinheiro com isso do que com a tentativa de se evitar as explosões em seus caixas eletrônicos e em suas agências.

Então, sobre este assunto quero debater. Vejam, os bancos gastam muito dinheiro para evitar perdas do crime eletrônico, mas não investem basicamente nada, ou seja, não ajudam a Polícia Militar, não ajudam os Estados no sentido de garantir uma vigilância maior àqueles equipamentos.

Nós não podemos achar, deputado Adolfo, que tem de se colocar um policial, pago com o dinheiro público, para cuidar de cada casa privada. Não podemos fazer isso. Temos de ter cuidado, sim, em defender a sociedade.

Quanto ao fato ocorrido na cidade do Conde, lamento, inclusive, o ocorrido, pois quem mostrou isso aqui foi eu justamente por não querer escamotear este debate ou este episódio. Na fuga dos bandidos, um homem foi amarrado em cima do capô de um carro manobrado pelos meliantes. Nós temos de trabalhar para evitar isso.

Então, acho pertinente fazermos, aqui, um grande debate sobre segurança pública, sobre saúde e sobre educação. Sugiro um debate suprapartidário. Sugeri, inclusive, a vinda do secretário de Segurança Pública de São Paulo.

Vejam, quando os deputados falam aqui sobre a criminalidade em São Paulo, fui estudar isso. O problema é que, hoje, os crimes não são contabilizados em São Paulo. Os crimes, que não conseguiram ter por parte da polícia Militar e da Polícia

Civil os esclarecimentos, não contados. Os crimes não esclarecidos não são contabilizados. Por isso, às vezes, há uma diminuição.

Bem, se algum estado do Brasil pode falar em redução da criminalidade é o Estado de Pernambuco, porque este, sim, fez um trabalho preventivo de inteligência e conseguiu reduzir a criminalidade.

Quero citar o deputado Luciano Ribeiro que, infelizmente, não está presente no momento, pois ele citou uma questão ao dizer dos males que o partido criou.

Logicamente, para as pessoas ricas e de posses, é verdade e é um mal tirar 40 milhões de pessoas da extrema pobreza; é um mal garantir as condições de segurança e de pagamento corretamente para as empregadas domésticas. Observem, essas pessoas ricas, sequer, pagavam um salário-mínimo às pessoas que trabalhavam como seus servidores em suas casas. Para isso, parece ser um mal. Mas, ao nosso olhar, tal afirmativa não procede.

E eu me orgulho bastante sobre o fato de o meu partido ter governado este Brasil durante os últimos anos, porque nós melhoramos a vida de muita gente neste País.

É lógico que tem muita coisa para fazer. Mal é recebermos um Estado com 2 milhões de analfabetos, deputado Sandro Régis. Esse é um grande mal. Mas fazer o bem para o povo, especialmente o povo mais pobre, é um orgulho para quem cuida deste Estado há mais de 8 anos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para encerrar, com a palavra o nobre deputado José de Arimatéia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa presente, primeiro, eu gostaria de registrar e alertar à população que hoje, 2 de junho, é o Dia Nacional de Combate à Cefaleia. E o que é a cefaleia? Cefaleia, segundo as informações que temos, é a conhecida dor de cabeça. Esse mal atinge cerca de 90% da população mundial. Todos devem ficar atentos aos sinais do seu corpo, mas não se automediquem, procurem um médico. Então, como vice-presidente da Comissão de Saúde desta Casa, não poderia deixar de fazer o registro e alertar à população.

Sr. Presidente, tivemos hoje uma audiência pública muito proveitosa – ela foi provocada pela deputada Fabíola Mansur, para discutir o projeto de lei de sua autoria, que está tramitando nesta Casa –, com a presença dos optometristas, os representantes legais, os representantes do Cremeb e do sindicato, o Sr. Francisco Magalhães. O projeto da deputada tem o número 21.077/2015.

Esperamos a sensibilidade... Primeiro, porque o projeto é inconstitucional.

Sabemos que ele será apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça, como o será também na Comissão de Saúde e várias outras. Inclusive, o deputado Herzem Gusmão e outros deputados se fizeram presentes.

Precisamos, Sr. Presidente, mostrar ao governo do Estado, ao secretário da Saúde do Estado a importância que os optometristas têm para a Bahia com o seu trabalho preventivo à saúde visual. Hoje, na Bahia, só temos 603 oftalmologistas – 603 oftalmologistas! – para atender a um Estado com 15 milhões de habitantes. Para ser ter uma ideia, há municípios na Bahia com 60 mil habitantes que não têm um oftalmologista. E quem é que está fazendo o trabalho preventivo? São os optometristas!

Então, estaremos discutindo aqui, com certeza. Esperamos a sensibilidade dos Srs. Deputados no que diz respeito a esse projeto. que também é inconstitucional.

O outro assunto, Sr. Presidente, e agora eu gostaria de dirigir-me a todos os Srs. Deputados desta Casa, é que amanhã teremos uma audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor, com a presença das operadoras de telefonia celular: a TIM, a Vivo, a Oi e a Claro, que estarão aqui, à disposição dos Srs. Deputados, para esclarecerem, principalmente a Claro, a dificuldade de expansão em alguns municípios da Bahia. Esse é um questionamento que não poderemos deixar de fazer. Convido, também, o deputado Rosemberg Pinto para contribuir.

Essa discussão não pode ficar parada, mesmo sabendo que já houve uma CPI nesta Casa, com respeito a vários questionamentos – e o relator dessa CPI, deputado Joseildo Ramos, já passou para mim um relatório –, segundo as informações que temos, precisamos, sim, avançar e saber o que já foi resolvido.

Então, Sr. Presidente, para concluir, espero também poder contar com a sua presença e de todos os deputados, porque é muito importante a presença de V.Ex^{as}. Mesmo sabendo que quinta-feira é feriado e sexta-feira é dia enforcado, amanhã temos que estar aqui firmes e fortes.

Um abraço, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Não havendo mais nenhum inscrito, declaro encerrada a sessão.

(O Sr. Deputado Adolfo Viana diz ao Sr. Presidente que houve um acordo para a deputada Fabíola Mansur falar.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Adolfo...

O Sr. Adolfo Viana:- Serei breve, Sr. Presidente. V.Ex^a, que é sempre muito elegante, não me negue essa questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pela ordem, o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, debatemos hoje a questão da segurança pública do Estado. Um Estado que é um dos mais violentos do Brasil. Apesar de os deputados da base do governo se omitirem do debate, não se fazerem presentes a este Plenário... Vejo aqui os deputados Rosemberg Pinto e Bira Corôa. Acho que esse é um assunto que deve ser tratado por todos os parlamentares. Assaltos a bancos diariamente, 5 mil carros roubados em 3 meses, estupros acontecendo, deputada Fabíola, em todo o Estado da Bahia, e não vejo a base do governo presente para que possamos debater esses temas importantes.

Então, quero chamar a atenção da base governista para que possamos trabalhar e fazer os debates, e a Assembleia Legislativa possa ajudar o Estado a sair do caos em que se encontra.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Fabíola Mansur, vamos abrir esse precedente.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Obrigada pelo precedente, quero agradecer aos deputados da Oposição que permitiram que esse acordo dinâmico desta Casa pudesse ser feito.

Abro minha fala parabenizando o aniversariante de hoje, deputado Herzem Gusmão, que muito honra esta Casa.

Mas o que me traz aqui é para falar de saúde. Começo com Irecê, deputado Luciano. A Comissão de Saúde itinerante esteve lá e brilhou, ouvindo a população. Estiveram lá os deputados Herzem, Alex da Piatã, Reinaldo Braga, a minha pessoa, 15 secretários municipais de saúde, 5 prefeitos, várias associações, vários vereadores de Irecê, de Uibaí, de João Dourado, de América Dourada, de Morro do Chapéu, de Jussara, de São Gabriel, e isso é muito importante, porque quando discutimos saúde – e o deputado Augusto Castro fez também uma brilhante sessão itinerante em Itabuna – mostramos nosso compromisso com a saúde do nosso povo, com a saúde pública. Vamos, suprapartidariamente, encaminhar as propostas ouvidas nessa reunião.

Esteve lá o representante do Dr. Fábio Vilas Boas falando de contratação de novas vagas de UTI, dos consórcios, das policlínicas, ouvimos também as questões de judicialização, visitamos o Hospital Regional, que é hoje gerido por Irmã Dulce, pudemos ver in loco quanto esse hospital precisa que suas contas não estejam atrasadas, e efetivamente não estão.

Enfim, vários encaminhamentos vão ser feitos, isso é muito importante. Está de parabéns a Comissão de Saúde – vou lhe dar um aparte já em relação a isso, deputado.

E eu quero dizer que hoje também nós brilhamos. Eu propus o debate na Comissão de Saúde sobre a aprovação de um projeto de minha autoria, inclusive aqui está a camisa que usamos, com apoio do Creneb, da Sociedade de Oftalmologia, do

Sindmed, para dizer o seguinte: o projeto 21.077, que reza sobre venda de óculos somente com prescrição médica, é totalmente constitucional. Tanto é constitucional, que já está previsto na Constituição Federal, nós só fazemos robustecer para evitar danos à saúde pública, à saúde ocular que efetivamente nós defendemos, deputado Bira Coroa. Temos que ter saúde de qualidade, ampliando o acesso da população ao médico oftalmologista para cuidar desde os erros de refração, que são a miopia, astigmatismo e hipermetropia até as cirurgias.

Se eu não prezasse tanto a saúde ocular, não dedicaria 26 anos de minha vida, presidente, fazendo grandes campanhas como médica-cirurgiã sem nunca ter pensado em política. Política é o mandato que ocupo aqui há menos de quatro meses e o que ocupei de vereadora da cidade de Salvador na Câmara Municipal. Saúde pública foi o que se discutiu ali. Tenho um mandato que debate democraticamente. Houve o contraditório, deputado Bira Coroa, mas temos que fazer justiça, porque a minha Bíblia ainda é, sim, a Constituição Federal do meu País, e a Constituição Estadual.

Ouvimos lá os representantes da optometria, os representantes da oftalmologia, cada um com seu contraditório, advogados lá estavam, mais as presenças de vários deputados, mas temos, obviamente, que seguirmos a Constituição. Salvaguardando a saúde pública, penso que fizemos uma grande audiência, presidida pelo deputado José de Arimateia, a quem parabenizo pela condução. Temos que caminhar, mas caminha à luz da justiça.

Com o aparte o deputado Augusto Castro.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputada Fabíola, às vezes temos algumas tolerâncias, mas não podemos passar por cima do Regimento. Deputado Augusto, no pequeno Expediente não cabe apartes.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Desculpe-me, deputado Augusto Castro, desculpe-me, presidente, não sabia que estava no Pequeno Expediente, achei que já estivéssemos...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Foi um acordo, porque, a rigor, V. Ex^a não poderia falar...

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Deputado Augusto, eu agradeço seu apoio, tenho certeza de que V. Ex^a torceu, e esperamos estar em Vitória da Conquista no dia 21.

Quero dizer que enquanto esta Casa debater com o povo, nós estaremos prestando relevantes serviços à população no tocante a várias áreas, mas no tocante à saúde que queremos, com ampliação do acesso à saúde de qualidade. Cuidar da saúde do nosso povo é nosso compromisso, é meu compromisso. Sempre estarei engrossando as fileiras daqueles que querem construir coletivamente o acesso à saúde, mas diante da legalidade.

Obrigada , presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Nada mais havendo, declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*